

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	VII
Apresentação da 44ª edição	IX
Apresentação da 43ª edição	XI
Apresentação	XIII

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	6
2 – Definição	6
3 – Natureza	7
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	9

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	12
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	12
8 – O processo civil romano	12
9 – Processo comum	14
10 – O processo civil moderno (fase científica)	15
11 – Direito processual civil brasileiro	15
12 – Regulamento nº 737	16
13 – Códigos estaduais	17
14 – Códigos unitários	17
15 – O novo Código	17
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	18
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional	19

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	22
17 – Lei processual	22
18 – A lei processual no tempo	23
19 – A lei processual no espaço	24
20 – Interpretação das leis processuais	24

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	28
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	28
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	29
24 – Princípio do contraditório	30
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	32
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	32
27 – Princípio da verdade real	33

28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	33
29 – Princípio da publicidade	34
30 – Princípio da economia processual	35
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	36

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	38
33 – Justiça privada e justiça pública	38
34 – Jurisdição	38
35 – Características da jurisdição	40
36 – Imparcialidade e disponibilidade	41
37 – Objetivo da jurisdição	42
38 – Princípios fundamentais	43
39 – Jurisdição civil	43
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	43
41 – Substitutivos da jurisdição	45
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	45

§ 6º – Processo

42 – Conceito	49
43 – Processo e procedimento	49
43-a – Características do procedimento	51
44 – Autonomia do processo	52
45 – Espécies de processo	52
46 – Funções do processo	53
47 – Independência dos processos	53
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	54
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	55
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória	56

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	58
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	58
50 – Autonomia do direito de ação	59
51 – A evolução do conceito de ação	59
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	60
52 – Condições da ação	61
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	62
54 – Pressupostos processuais	68
55 – Classificação das ações	69
55-a – Ação e pretensão	70
55-b – Ação e causa	71
55-c – Elementos identificadores da causa	72
56 – A defesa do réu	73
57 – Espécies de resposta	74

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	76
--	----

59 – A relação processual	76
60 – Classificação dos elementos do processo	77
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais	79
62 – Direitos processuais	79
63 – Obrigações processuais	79
64 – Deveres processuais	79
65 – Ônus processuais	80

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes	84
67 – Nomenclatura	85
68 – Substituição processual	85
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	87
70 – Capacidade processual	87
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	88
72 – Curatela especial	90
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	90
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	92
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres	94
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	94
76 – Responsabilidade das partes por dano processual	96
76-a – Direitos	97
76-b – Direito especial dos litigantes idosos	97
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo	100
78 – Antecipação das despesas	100
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	101
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	102
81 – Sucumbência recíproca	102
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	103
83 – Multas	103
84 – Honorários de advogado	104
85 – Cabimento dos honorários	104
86 – Inoperância da sucumbência	105
87 – Fixação dos honorários	106
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	107
89 – Execução dos honorários	108
90 – Assistência judiciária	108
§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação	112
92 – O mandato judicial	112
93 – Direitos e deveres	113
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte	116
95 – Substituição do advogado	116

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes	120
97 – Classificações	120
98 – Espécies de litisconsórcio	120
99 – Sistema do Código	122
100 – Casos legais de litisconsórcio	122
101 – Litisconsórcio necessário	123
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	124
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	125
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	126
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	127
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito	130
107 – Classificações	130
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito	132
109 – Competência	133
110 – Procedimento	133
111 – Julgamento da oposição	134
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito	137
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	137
114 – Procedimento	137
114-a – Recurso	138
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito	141
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	142
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	144
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide	145
117 – Objetivo do incidente	145
118 – Legitimação	145
119 – Procedimento	146
120 – Efeitos da denúnciação da lide	147
120-a – Recursos	149
120-b – Execução da sentença	149
121 – Denúnciações sucessivas	151
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito	155
123 – Casos de admissibilidade do incidente	155
124 – Procedimento	156
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	157
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	157
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito	160
126 – Pressupostos da intervenção	160
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	161

128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	162
129 – Procedimento	162
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	163
130-a – Assistência provocada	164
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	165

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito	170
132 – Funções	170
133 – Natureza	171
134 – Ministério Público como parte	171
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	172
136 – Ausência do Ministério Público no processo	173
137 – Órgãos do Ministério Público	173
138 – Princípios e garantias	173

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência	
139 – Conceito	176
140 – Distribuição da competência	176
141 – Classificação da competência	177

§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais	179
143 – Espécies de competência internacional	179
144 – Competência concorrente e litispendência	179

§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais	182
146 – Competência em matéria civil	183
147 – Competência da Justiça Federal	183
148 – Competência das Justiças Estaduais	184

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades	187
150 – Competência do foro e competência do juiz	188
151 – Divisão da competência do foro	188
152 – Cumulatividade de juízos competentes	188
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	188

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa	191
155 – Competência em razão da matéria	191

§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito	193
157 – Classificação	193

§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito	195
159 – Foro comum	195
160 – Foros subsidiários ou supletivos	196

161 – Foros especiais	196
162 – Ações reais imobiliárias	196
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	197
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	198
165 – Foros <i>ratione personae</i>	199
166 – Foro das pessoas jurídicas	200
166-a – Foro dos Estados e Municípios	200
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	201
168 – Foro relativo à arbitragem	201
168-a – Foro do idoso	202
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	204
170 – Prorrogação de competência	205
171 – Prorrogação legal	205
172 – Efeito prático	206
173 – Prevenção	207
174 – Outros casos de prorrogação legal	208
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	209
176 – Prorrogação voluntária	210
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	212
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência	214
178 – Exceção de incompetência	214
179 – Incompetência absoluta	214
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais	217
181 – Procedimento do conflito	218
182 – Efeitos do conflito	219
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário Brasileiro	222
184 – Duplo grau de jurisdição	224
185 – Jurisdição extraordinária	224
186 – Competência	225
187 – Disciplina da magistratura	225
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes	227
189 – Requisitos de atuação do juiz	227
190 – Garantias da magistratura	228
191 – Poderes e deveres do juiz	228
191-a – Atividade criativa do juiz	230
192 – Responsabilidade do juiz	231
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	231
194 – Casuísmo legal	231
194-a – Juiz testemunha	232
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	233
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O júízo	235

197 – Escrivão	235
198 – Oficial de justiça	236
199 – Perito	237
200 – Depositário e administrador	237
201 – Intérprete	238
202 – Outros auxiliares eventuais	238

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito	244
204 – Agentes	245
205 – Atos do processo e atos do procedimento	245
206 – Classificação dos atos processuais	246
207 – Forma dos atos processuais	247
208 – Publicidade	248
209 – Meios de expressão	249
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados	249
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	252
211 – Eficácia dos atos das partes	253
212 – Petições e autos suplementares	253
213 – Cotas marginais e lineares nos autos	253
§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz	255
215 – Atos decisórios	255
216 – Definições legais	255
217 – Decisão interlocutória	256
218 – Despachos	257
219 – Sentença	257
220 – Atos não-decisórios	259
221 – Forma dos atos decisórios	260
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	262
223 – Autuação	263
224 – Termos processuais	263
225 – Forma dos termos	263

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	266
227 – Feriados e férias forenses	266
228 – O lugar	268
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais	271
230 – Classificação	271
231 – Natureza dos prazos	272
232 – O curso dos prazos	272

233 – Contagem dos prazos: termo inicial	274
234 – Prazos para recurso	276
234-a – Ciência inequívoca	277
235 – Termo final	278
236 – Preclusão	279
237 – Prazos para as partes	279
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	280
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	280
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	281
241 – Inobservância de prazo da parte	281
242 – Inobservância dos prazos do juiz	282

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual	284
244 – Forma dos atos de comunicação	284
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	284
246 – Requisitos das cartas	285
247 – Cumprimento das cartas	285
248 – Cartas urgentes	286
249 – Custas nas cartas	286
250 – Cartas rogatórias	286

§ 43 – Citação

251 – Conceito	288
252 – Suprimento da citação	288
253 – Destinatário da citação inicial	289
254 – Local da citação	290
255 – Impedimento legal de realização da citação	290
256 – Modos de realizar a citação	290
257 – Citação por oficial de justiça	290
258 – Citação com hora certa	292
259 – Citação pelo Correio	293
260 – Citação por edital	294
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	295
262 – Efeitos da citação	296
263 – Prevenção	296
264 – Litispendência	296
265 – Litigiosidade	296
266 – Mora	297
267 – Prescrição	297
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	298

§ 44 – Intimações

269 – Conceito	300
270 – Forma	300
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	301
272 – Aperfeiçoamento da intimação	302
273 – Intimação em audiência	303
274 – Intimação por edital ou com hora certa	304
275 – Efeitos da intimação	304
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público	304

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias	308
277 – Registro	308
278 – Distribuição	308
279 – Distribuição por dependência	309
279-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	309
280 – Valor da causa	310
281 – Impugnação ao valor da causa	311

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito	314
283 – Espécies de vícios do ato processual	314
284 – Atos inexistentes	314
284-a – Noção de nulidade	315
285 – Atos absolutamente nulos	315
286 – Atos relativamente nulos	316
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	316
288 – Sistema de nulidade do Código	317
289 – Nulidades cominadas pelo Código	318
290 – Nulidades da citação e intimação	319
291 – Arguição das nulidades	319
292 – Momento da arguição	319
293 – Decretação de nulidade	320
294 – Efeitos da decretação	320

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais	326
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo	328
297 – Sujeitos da relação jurídica processual	328
298 – Início do processo	330
299 – Formação gradual da relação processual	330
300 – Estabilização do processo	331
301 – Alteração do pedido	331
302 – Alterações subjetivas	331
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito	334
304 – Os casos de suspensão do processo	334
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	335
306 – Suspensão por convenção das partes	336
307 – Suspensão em razão de exceção	336
308 – Suspensão por prejudicialidade	336
309 – Prejudicialidade e conexão	337
310 – Suspensão por motivo de força maior	338

311 – Outros casos legais de suspensão	338
312 – Férias e suspensão do processo	339
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual	341
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	341
315 – Indeferimento da inicial	342
316 – Abandono da causa	342
317 – Ausência de pressupostos processuais	343
318 – Perempção	344
319 – Litispendência e coisa julgada	344
320 – Condições da ação	345
321 – Convenção de arbitragem	346
322 – Desistência da ação	346
323 – Intransmissibilidade da ação	347
324 – Confusão entre autor e réu	348
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	348
326 – Iniciativa da extinção do processo	348
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	348
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito	351
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	352
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	352
330 – Transação	353
330-a – Retratação e rescisão de transação	353
331 – Prescrição e decadência	354
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	355
332 – Renúncia ao direito	356

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo	364
334 – Procedimento	364
335 – Procedimentos no processo de cognição	364
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária ..	365
337 – Esquema do procedimento ordinário	366
338 – Fases do procedimento ordinário	366
339 – Fase postulatória	367
340 – Fase saneadora	367
341 – Fase instrutória	367
342 – Fase decisória	368
342-a – Adequação do Procedimento	368
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	372
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	372
344 – Outras causas de procedimento sumário	375

345 – Indisponibilidade do rito sumário.....	375
346 – O procedimento	376
347 – A petição inicial e seu despacho	377
348 – A citação e a resposta do réu	377
349 – Audiência de conciliação.....	379
349-a – Audiência de instrução e julgamento	381
350 – Revelia	381
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	382
352 – Direito intertemporal.....	382

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial	388
354 – Requisitos da petição inicial	388
355 – Despacho da petição inicial	390
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	391
357 – Extensão do indeferimento	392
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	392

§ 55 – O Pedido

359 – Petição inicial	394
360 – Pedido	394
361 – Requisitos do pedido	394
362 – Pedido concludente	395
363 – Pedido genérico	395
364 – Pedido cominatório	396
365 – Pedido alternativo	397
366 – Pedidos sucessivos.....	397
367 – Pedido de prestações periódicas	397
368 – Pedido de prestação indivisível	398
369 – Pedidos cumulados	398
370 – Espécies de cumulação de pedidos	399
371 – Interpretação do pedido.....	400
372 – Aditamento do pedido	400
372-a – Modificação do pedido	401
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	401
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	404
372-d – A efetivação da tutela antecipada	406
372-e – Tutela antecipada parcial.....	407

§ 56 – A Resposta do Réu

373 – A defesa do réu	410
374 – A resposta do réu	410
375 – Espécies de defesa	410
376 – Defesa processual	411
377 – Defesa de mérito	412
378 – Reconvenção	412
379 – Síntese	412

§ 57 – Contestação

380 – Conceito.....	415
---------------------	-----

381 – Conteúdo e forma da contestação	415
382 – Ônus da defesa especificada	416
383 – Preliminares da contestação	417
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	418
385 – Réplica ou impugnação do autor	419
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito	421
387 – Prazo	421
388 – Efeito da exceção	422
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	422
390 – Procedimento	423
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	423
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito	428
393 – Pressupostos da reconvenção	428
394 – Procedimento	430
394-a – Reconvenção sem contestação	432
395 – Extinção do processo principal	432
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia	434
397 – Os efeitos da revelia	434
398 – Alteração do pedido	436
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	436

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito	440
401 – Réplica do autor	440
402 – Revelia e provas	441
403 – Intervenção do Ministério Público	441
404 – Ação declaratória incidental	441
405 – Outras providências preliminares	443
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito	445
407 – Extinção do processo	445
408 – Julgamento antecipado da lide	446
408-a – Audiência preliminar	447
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	452
410 – Cabimento	452
411 – Conteúdo	453
412 – Efeito preclusivo	453
413 – Formas do despacho saneador	454

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito	456
415 – Características da prova	457

416 – Objeto da prova	457
417 – Finalidade e destinatário da prova	458
418 – Valoração da prova	459
419 – O sistema do Código	460
420 – Poder de instrução do juiz	460
421 – Ônus da prova	462
422 – Sistema legal do ônus da prova	462
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	463
422-b – Ônus da prova nas ações do consumidor	464
423 – Convenção sobre ônus da prova	465
424 – Meios de prova	465
424-a – Prova por presunção	466
425 – Procedimento probatório	466
426 – Instrução através de carta	467
427 – Dever de colaboração com a Justiça	468
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito	470
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	470
430 – Legitimação para o depoimento	470
431 – Objeto do depoimento pessoal	471
432 – Procedimento	471
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito	474
434 – Requisitos da confissão	474
435 – Classificações	475
436 – Efeitos da confissão	475
437 – Indivisibilidade da confissão	476
438 – Valor da confissão extrajudicial	477
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito	479
440 – Oportunidade da medida	479
441 – Legitimação	479
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	480
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	481
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito	486
445 – Força probante dos documentos	486
446 – Documentos públicos	487
447 – Documentos particulares	489
448 – Valor probante do documento particular	489
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	491
450 – Livros comerciais	492
451 – Reprodução de documentos particulares	493
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	494
453 – Documentos viciados em sua forma	494
454 – Falsidade documental	495
455 – Espécies de falsidade	495
456 – Ônus da prova	497
457 – O incidente de falsidade	497
458 – Procedimento do incidente de falsidade	498
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	500

459 – Produção da prova documental.....	500
460 – Desentranhamento de documentos.....	502
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito.....	505
462 – Valor probante das testemunhas.....	505
463 – Direitos e deveres da testemunha.....	507
464 – A produção da prova testemunhal.....	510
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001).....	513
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito.....	515
466 – Admissibilidade da perícia.....	516
467 – O perito.....	517
468 – O procedimento da prova pericial.....	518
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico.....	521
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial.....	521
469 – Valor probante da perícia.....	521
470 – Nova perícia.....	523
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito.....	525
472 – Procedimento.....	525
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência.....	528
474 – Características da audiência.....	528
475 – Atos preparatórios.....	530
476 – Adiamento da audiência.....	530
477 – Antecipação de audiência.....	532
478 – Conciliação.....	532
479 – Procedimento da conciliação.....	534
480 – Instrução e julgamento.....	534
481 – Documentação da audiência.....	536
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo.....	540
483 – Conteúdo e finalidade do processo.....	540
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária.....	543
485 – Natureza da sentença definitiva.....	544
486 – Função da sentença definitiva.....	545
486-a – Função da sentença terminativa.....	545
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença.....	548
488 – Relatório.....	548
489 – Motivação.....	549
490 – Dispositivo da sentença.....	550
491 – Condições formais da sentença.....	550

492 – Clareza	550
493 – Precisão	551
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer ..	552
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	554
493-a-2 - Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	555
493-a-3 - Sentença condenatória ilíquida	555
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	556
494 – Publicação e intimação da sentença	556
495 – Efeitos da publicação	557
496 – Correção e integração da sentença	558
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	559
496-b – Interpretação da sentença	560
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações	564
498 – Sentenças declaratórias	565
499 – Sentenças condenatórias	565
500 – Sentença constitutiva	566
501 – Momento de eficácia da sentença	566
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	567
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito	569
504 – Entrega da prestação jurisdicional	569
504-a - Classificação das sentenças quanto aos efeitos	569
505 – Hipoteca judiciária	571
506 – Outros efeitos secundários da sentença	571
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	574
507-a – Coisa julgada administrativa	575
507-b - Coisa julgada total e parcial	575
508 – Coisa julgada formal e material	577
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	579
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	580
510 – Arguição da coisa julgada	581
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	581
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	582
511 – Preclusão	583
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	586
513 – Motivos da sentença	587
514 – Verdade dos fatos	589
515 – Questões prejudiciais	590
516 – Questões implicitamente resolvidas	590
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	592
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário ...	593
518 – Limites subjetivos	595
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	596
519 – Causas de estado	599
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos	599
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	600
521 – Execução forçada e coisa julgada	601

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

522 – Conceito	606
523 – Fundamento do direito de recurso	607
524 – Atos sujeitos a recurso	607
525 – Recursos admissíveis	608
525-a – Reclamação	609
526 – Correição parcial	610
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	610
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	611

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	614
528 – Legitimação para recorrer	614
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	615
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	616
530 – Pressupostos objetivos do recurso	616
531 – Recorribilidade da decisão	616
532 – Tempestividade	617
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado	618
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	620
534 – Singularidade do recurso	620
535 – Adequação do recurso	621
536 – Preparo	622
537 – Motivação e forma	622
537-a – Efeitos do recurso	623
537-b – Efeito substitutivo	624
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	624
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	625
540 – Recurso adesivo	626
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	627
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	628

§ 82 – A Apelação

541 – Conceito	631
542 – Interposição da apelação	632
543 – Efeitos da apelação	632
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação	636
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	636
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515	637
543-a-3 – Prescrição e decadência	639
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação	640
544 – Recebimento da apelação	640
545 – Deserção	641
546 – Prazo para interposição da apelação	643
547 – Julgamento em segunda instância	643

§ 83 – Agravo

548 – Conceito	646
549 – Espécies de agravo	646
550 – Agravo retido	647

550-a – Agravo retido interposto oralmente	648
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	649
550-c – Agravo retido após a sentença	649
551 – Agravo de instrumento	650
551-a – Formação do instrumento do agravo	652
552 – Efeitos do agravo de instrumento	653
553 – Processamento do agravo de instrumento	654
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nº 10.352/2001 e 11.187/2005	656
554 – O contraditório	657
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento	658
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	659
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	662
556 – Processamento	663
557 – Embargos adesivos	664
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	664
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	665
557-c – Legitimação para embargar	665
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	669
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	669
560 – Procedimento	670
561 – Efeito interruptivo	670
561-a – Efeito suspensivo	671
562 – Embargos manifestamente protelatórios	671
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	676
564 – Uniformização da jurisprudência	676
565 – Pressupostos do incidente	676
566 – Legitimação para a provocação do incidente	677
567 – Apreciação do incidente	677
568 – Súmula jurisprudencial	678
568-a – Súmula vinculante	678
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito	681
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	681
571 – Recurso extraordinário	682
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	682
573 – Função do recurso extraordinário	683
574 – Efeitos do recurso extraordinário	684
575 – Processamento do recurso extraordinário	684
575-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o processamento do recurso extraordinário e do recurso especial	686
575-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre o agravo previsto no art. 544 ...	686
576 – Poderes do Relator	687
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	688
576-b – Recurso especial	689
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	693

576-d – Relevância da questão federal (CF de 1967 – EC nº 1, de 17.10.1969, e EC nº 7, de 13.04.1977) e repercussão geral da questão constitucional (CF 1988 – EC nº 45, de 08.12.2004)	693
576-d-1 – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	694
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	695
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	696
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	697
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	699
576-i – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	701
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código	705
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	705

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	710
580 – Competência dos tribunais	710
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	710
582 – Casos de competência originária dos tribunais	711
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	713
584 – O funcionamento dos tribunais	713
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	714
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	716
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira	720
587 – O sistema nacional	720
588 – A homologação da sentença estrangeira	720
589 – Natureza da decisão homologatória	722
590 – O procedimento	723
591 – A execução	723
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	725
593 – Regulamentação legal	725
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	726
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	726
596 – Iniciativa de arguição	726
597 – Momento da arguição	726
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	727
599 – O julgamento da arguição	727
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito	731
601 – Pressupostos	732
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	735
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	735
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	736
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	737

606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	737
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	738
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	738
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	739
610 – Documento novo (art. 485, VII)	740
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	741
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	742
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	742
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	744
614 – Legitimação	745
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	746
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	746
617 – A execução da sentença rescindenda	747
618 – Indeferimento da inicial	748
619 – Procedimento	748
620 – Natureza e conteúdo da decisão	749
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	750
621 – Rescisória de rescisória	752
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	753
623 – Sentença nula de pleno direito	755
<i>Bibliografia</i>	759
<i>Índice Onomástico</i>	767
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	771
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	795

Sumário.....	V
Apresentação da 41ª edição.....	IX
Apresentação da 39ª edição.....	XI
Apresentação da 38ª edição.....	XIII
Apresentação	XV

Processo de Execução e Cumprimento da Sentença
Processo Cautelar e Tutela de Urgência

Parte IX – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado

Capítulo XXII – Panorama das Vias Executivas

§ 93 – A Abolição da Ação de Execução de Sentença	
624 – Introdução	1
625 – O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	2
626 – A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	4
627 – O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	6
628 – A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	7
629 – As reformas com que, afinal, o direito brasileiro eliminou a <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias	7
630 – Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	8
631 – Resumo dos propósitos da reforma operada pela Lei nº 11.232, de 22.12.2005	9
632 – Algumas reações ao projeto de abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
633 – Conclusões	12
634 – Direito intertemporal	14
§ 94 – Cumprimento da Sentença Condenatória	
635 – A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	16
636 – Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	18
636-a – A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	19
636-a-1 – Tutela interdital como padrão	22
636-b – Cumprimento por iniciativa do devedor	22
636-c – Sucumbência	23

Capítulo XXIII – Cumprimento da Sentença Relativa às Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 95 – Noções Introdutórias	
637 – Noção de obrigação de fazer e não fazer	25
638 – Execução específica e execução substitutiva	26
§ 96 – Técnicas Processuais	
639 – Tutela específica	27
639-a – Tutela substitutiva	28

639-b - Defesa do executado.....	29
639-c - Medidas de apoio	30
639-d - A multa (<i>astreinte</i>)	31
639-e - Execução da multa	33
639-f - Obrigações de não fazer	34
639-g - Encerramento do processo	35

§ 97 - Regras Especiais sobre a Sentença que Condena ao Cumprimento de Obrigação de Declarar Vontade

640 - Execução das prestações de declaração de vontade	36
640-a - Satisfação da contraprestação a cargo do exeqüente	37
640-b - A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	39
640-c - Natureza jurídica da sentença	39

Capítulo XXIV - Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação de Entrega de Coisa

§ 98 - Noções Introdutórias

641 - Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	41
641-a - Execução específica e execução substitutiva	41

§ 99 - Técnica Processual

642 - Procedimento pós-sentença	43
643 - Tutela substitutiva	43
644 - Multa e outras medidas de apoio	44
645 - Obrigação genérica	44
646 - Retenção por benfeitorias	45

Capítulo XXV - Cumprimento da Sentença Relativa à Obrigação por Quantia Certa

§ 100 - Noções Introdutórias

647 - Noção de obrigação por quantia certa	47
648 - Execução por quantia certa fundada em sentença	47
649 - Multa legal	48

§ 101 - Técnica Processual

650 - Requerimento do credor	50
651 - O procedimento executivo	50

§ 102 - Defesa do Devedor

652 - Impugnação do executado	52
653 - Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	53
654 - Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	58
655 - Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	58
656 - Procedimento da impugnação	58
657 - Efeito da impugnação	59
658 - Instrução probatória	59
659 - Julgamento da impugnação	59

Capítulo XXVI - Os Títulos Judiciais Executivos

§ 103 - Enumeração Legal

660 - Noções introdutórias	61
660-a - Medidas preparatórias	62

660-b – Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira ...	62
660-c – Encerramento da execução de sentença	63
§ 104 – Os Diversos Títulos Executivos Judiciais	
661 – Sentença condenatória civil	64
662 – Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	66
663 – Sentenças de indenização por ato ilícito	68
663-a – Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento.....	70
664 – Pensionamento em salários mínimos	70
665 – Sentença penal condenatória	71
666 – Sentença homologatória de conciliação ou de transação	72
667 – Homologação de acordo extrajudicial	73
668 – Sentença arbitral	73
669 – Sentença estrangeira	73
670 – O formal de partilha	74
§ 105 – Particularidades de alguns Títulos Executivos Judiciais	
671 – Condenações a prestações alternativas	75
672 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	75
672-a – Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	77
673 – Julgamento fracionado da lide	77
§ 106 – Execução Provisória e Definitiva	
674 – Noções introdutórias	79
675 – Fundamentos da execução provisória	79
676 – Execução de título extrajudicial embargada	80
677 – Situação do tema no Código	80
678 – Normas básicas da execução provisória	81
678-a – Incidentes da execução provisória	84
678-b – Processamento da execução provisória.....	84
678-c – Execução provisória por quantia certa.....	84
§ 107 – Competência	
679 – Juízo competente para o cumprimento da sentença	85
679-a – Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	85
679-b – Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa à obrigação por quantia certa	86
679-c – Competência para cumprimento da sentença arbitral	86
679-d – Competência para execução civil da sentença penal	86
679-e – Competência internacional	87

Capítulo XXVII – Título Judicial Ilíquido

§ 108 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
680 – Sentença ilíquida	89
681 – Execução da sentença ilíquida	89
681-a – Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	90
682 – Casos de iliquidez da sentença	91
682-a – Natureza jurídica da liquidação da sentença	91
682-b – A liquidação e os honorários advocatícios	92
682-c – Limites da liquidação	93
682-d – Contraditório	93
682-e – Liqueidez parcial da sentença	93
682-f – Liquidação por iniciativa do vencido	94

682-g – Recursos	94
682-h – Liquidação frustrada	95
§ 109 – Procedimentos da Liquidação	
683 – Procedimentos possíveis	97
683-a – Liquidação por cálculo	97
683-b – Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	98
683-c – Memória de cálculo aparentemente excessiva	98
683-d – Liquidação por arbitramento	99
683-e – Liquidação por artigos	100
683-f – A indisponibilidade do rito da liquidação	101
683-g – Rescisão da decisão liquidatória	102
683-h – Direito intertemporal	103

Parte X – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo XXVIII – Processo de Execução

§ 110 – Princípios Gerais da Execução Forçada	
684 – Vias de execução	107
685 – O processo judicial	108
686 – Processo de conhecimento e processo de execução	108
686-a – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	109
686-b – Visão unitária da jurisdição	110
686-c – Realização da sanção: fim da execução forçada	110
686-d – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	111
686-e – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	112
686-f – Meios de execução	112
686-g – Autonomia do processo de execução	113
686-h – Cumprimento da sentença e processo de execução	114
686-i – Novos rumos da execução de sentença	115
686-j – A reforma da execução do título extrajudicial	115
686-l – Direito intertemporal.....	118
§ 111 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
687 – Princípios informativos do processo de execução	120
687-a – Princípio da realidade: toda execução é real	121
687-b – Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	121
687-c – Princípio da utilidade da execução	121
687-d – Princípio da economia da execução	122
687-e – Princípio da especificidade da execução	122
687-f – Princípio dos ônus da execução	122
687-g – Princípio do respeito à dignidade humana	123
687-h – Princípio da disponibilidade da execução	123
687-i – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	124
687-j – Honorários advocatícios na desistência da execução	125
§ 112 – Formas de Execução e Atos de Execução	
688 – As várias formas de execução	127
688-a – Execução singular e execução coletiva	127
689 – Atos de execução	128
690 – Relação processual executiva	129

691 – A citação executiva 130

§ 113 – Execução Provisória e Definitiva

692 – Procedimento da execução forçada 131

692-a – Observações sobre a petição inicial 132

692-b – Execução provisória de título extrajudicial..... 132

§ 114 – Disposições Gerais

693 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento 134

694 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça 134

Capítulo XXIX – Requisitos para Realizar qualquer Execução

§ 115 – Pressupostos e Condições da Execução Forçada

695 – Pressupostos processuais e condições da ação 137

696 – O título executivo 138

696-a – Função do título executivo 138

696-b – Efeito prático do título executivo 139

696-c – Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível 140

696-d – Formas dos títulos executivos 141

697 – O inadimplemento do devedor 142

697-a – O inadimplemento em contrato bilateral 143

Capítulo XXX – A Relação Processual e seus Elementos

§ 116 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução

698 – Elementos do processo executivo 145

Capítulo XXXI – Elementos Subjetivos (I)

§ 117 – Partes. Legitimação Ativa

699 – Nomenclatura 147

700 – Legitimação ativa 147

701 – Legitimação ativa originária do credor 148

702 – Legitimação extraordinária do Ministério Público 148

703 – Legitimação ativa derivada ou superveniente 148

704 – Espólio 149

705 – Herdeiros e sucessores 150

706 – Cessionário 150

707 – Sub-rogado 151

708 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança
jacente ou vacante 152

709 – Terceiros interessados 152

§ 118 – Legitimação Passiva

710 – Legitimação passiva 153

711 – Dívida e responsabilidade 153

712 – O devedor 154

713 – Espólio e sucessores 155

714 – O novo devedor 156

715 – Fiador judicial 157

715-a – Fiador extrajudicial 158

716 – Responsável tributário 159

717 – Revelia do devedor e curador especial 162

§ 119 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução

718 – Litisconsórcio	163
719 – Assistência	164
720 – Denúnciação da lide	164
721 – Chamamento ao processo	165

§ 120 – Processo Cumulativo

722 – Cumulação de execuções	167
722-a – Cúmulo subjetivo	168

Capítulo XXXII – Elementos Subjetivos (II)

§ 121 – O Órgão Judicial

723 – Juízo competente para a execução	171
723-a – Execução de sentença	171
723-b – Competência para execução de títulos extrajudiciais	172
723-c – Competência para a execução fiscal	173
723-d – Título executivo extrajudicial estrangeiro	173
723-e – Competência para deliberação sobre os atos executivos	173

Capítulo XXXIII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 122 – Objeto da Atividade Executiva

724 – Bens exeqüíveis	175
724-a – Resquícios da execução pessoal	175

§ 123 – Responsabilidade Patrimonial

725 – Obrigação e responsabilidade	177
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	178
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	179
728 – Responsabilidade executiva secundária	179
729 – Excussão de bens do sucessor singular	180
730 – Excussão de bens do sócio	181
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	182
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	183
733 – Excussão de bens de devedor casado: tutela da meação	183
734 – Bens alienados em fraude de execução	184
735 – Casos de fraude de execução	185
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor	187
736-a – A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	189
736-b – A posição do terceiro adquirente em face da execução	190
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	191
738 – Excussão de bens do fiador	191
739 – Bens de espólio	192

Capítulo XXXIV – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 124 – Execução de Títulos Extrajudiciais

740 – Execução de sentença e ação executiva	193
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	194

§ 125 – Títulos Executivos Extrajudiciais

742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	195
---	-----

743 – Títulos cambiários e cambiariformes	196
744 – Duplicatas	196
745 – Responsáveis cambiários	196
746 – Documento público ou particular	197
747 – Confissões de dívida	198
747-a – Contrato de abertura de crédito	198
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução	200
748-a – Execução hipotecária	201
748-b – Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	203
749 – Classificação das garantias	204
750 – Seguros	205
751 – Rendas imobiliárias	205
752 – Encargo de condomínio	206
753 – Custas judiciais, emolumentos e honorários	207
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	207
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	209
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	210
757 – Títulos estrangeiros	211

Capítulo XXXV – Disposições Gerais

§ 126 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	213
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	213
759-a – Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	215
760 – A documentação da petição inicial	215
761 – Outras providências a cargo do credor	216
762 – Obrigações alternativas	216
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	217
764 – Medidas acautelatórias	217
764-a – Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	217
764-b – Efeito da averbação.....	218
764-c – Abuso do direito de averbação	218
765 – Dívida sujeita à contraprestação	219
766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída	219
767 – Execução e prescrição	220
768 – Nulidades no processo de execução	221
769 – Imperfeição do título executivo	221
770 – Falta de título executivo	221
771 – Nulidade da execução fiscal	222
772 – Vício da citação	222
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	223
774 – A arguição das nulidades	224
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	224
775-a – Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	225
776 – Execução realizável por vários meios	226
776-a – Peculiaridades da citação executiva	227

Capítulo XXXVI – Execução para Entrega de Coisa

§ 127 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Entrega de Coisa	
777 – Conceito	229
778 – Entrega de coisa certa	230

779 – Procedimento	230
779-a – Cominação de multa diária	231
780 – Efeito dos embargos	232
781 – Alienação da coisa devida	232
782 – Execução da obrigação substitutiva	233
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	233
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	234
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	235
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	235
784-c – Embargos de retenção	236
785 – Execução para entrega de coisa incerta	236
786 – Medidas de coerção e apoio	237

Capítulo XXXVII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 128 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
787 – O problema da execução das prestações de fato	241
788 – Fungibilidade das prestações	242
789 – <i>Astremte</i> : a multa como meio de coação	242
790 – Distinções preliminares	244
791 – Princípios comuns	244
792 – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444	245
793 – Execução das prestações fungíveis	245
794 – Realização da prestação fungível por terceiro	246
795 – Inadimplência do terceiro contratante	247
796 – Realização da prestação pelo próprio credor	247
796-a – O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 634 do CPC ...	248
797 – Autotutela prevista no novo Código Civil	249
798 – Execução das prestações infungíveis	250
799 – Execução das obrigações de não fazer	250
800 – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	250

Capítulo XXXVIII – Execução por Quantia Certa

§ 129 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	255
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados ...	256
803 – Espécies	257

Capítulo XXXIX – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 130 – Fase de Proposição	
804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	259
805 – Proposição	259
805-a – Procedimento da penhora e avaliação	261
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	261
806-a – Honorários de advogado em execução de título extrajudicial	262
806-b – Redução da verba honorária	264

Capítulo XL – Fase de Instrução (I)

§ 131 – Penhora	
807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	265

808 – Natureza jurídica da penhora	266
809 – Função da penhora	267
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	268
811 – Penhora de imóvel	270
812 – Averbação da penhora no registro imobiliário.....	272
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	273
§ 132 – Objeto da Penhora	
813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	275
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	276
814-a – Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	281
814-b – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	281
814-c – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	282
815 – Bens relativamente impenhoráveis	283
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	284
817 – Limites da penhora	286
817-a – Valor dos bens penhoráveis.....	287
818 – Escolha dos bens a penhorar	287
819 – A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	288
820 – Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	289
820-a – Penhora sobre os bens escolhidos pelo devedor.....	289
820-b – Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar.....	290
820-c – Situação dos bens a penhorar	290
821 – Bens fora da comarca	291
§ 133 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	292
822-a – Penhora de bens em mãos de terceiro.....	293
822-b – Dificuldade na localização dos bens a penhorar	293
822-c – Frustração da diligência	293
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	293
824 – Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	294
825 – Intimação de penhora	295
§134 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	297
826-a – Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	297
826-b – Impenhorabilidade do saldo bancário.....	298
826-c – Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	299
826-d – Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	300
826-e – Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	301
826-f – Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor	301
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	302
828 – Penhora de direitos e ações	303
829 – Penhora sobre créditos do executado	303
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	304
831 – Penhora no rosto dos autos	304
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	305
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	305
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	306
835 – Penhora de navio ou aeronave	306
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	307

§ 135 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	308
837-a – Substituição da penhora.....	309
837-b – Substituição por iniciativa de qualquer das partes	310
837-c – Substituição por iniciativa do executado.....	310
837-d – Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	311
837-e – Menor onerosidade para o executado.....	311
837-f – Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	312
838 – Remição da execução por quantia certa	312

§ 136 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados

839 – Depósito dos bens penhorados	314
840 – Escolha do depositário	314
840-a – Depósito dos bens imóveis	315
840-b – Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	315
840-c – Depósito em caso de penhora sobre jóias, pedras e objetos preciosos	315
841 – Função do depositário	316
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	316
843 – Depositário comum e depositário administrador	317
844 – Responsabilidade do depositário	317
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	317
846 – Prisão civil do depositário judicial	318

Capítulo XLI – Fase de Instrução (II)

§ 137 – Expropriação

847 – Conceito	319
848 – Avaliação.....	320
848-a – O encarregado da avaliação.....	321
848-b – Laudo de avaliação	321
848-c – Dispensa da avaliação	322
848-d – Avaliação de bem imóvel.....	322
848-e – Avaliação e contraditório	323
848-f – Repetição da avaliação	323
848-g – Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva.....	324

§138 – Adjudicação

849 – Introdução.....	326
850 – Conceito de adjudicação.....	326
851 – Requisitos da adjudicação	327
851-a – Depósito do preço	328
851-b – Legitimação para adjudicar.....	328
851-c – Adjudicação por credor	329
851-d – Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	330
851-e – Prazo para a adjudicação.....	330
852 – Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	331
853 – Auto de adjudicação	332
853-a – Aperfeiçoamento da adjudicação	333
853-b – Carta de adjudicação	333

§ 139 – Alienação por iniciativa particular

854 – As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	334
---	-----

855 – Formalização da alienação por iniciativa particular.....	335
856 – Carta de alienação.....	336
§ 140 – Alienação em hasta pública	
857 – Conceito de hasta pública e arrematação.....	337
858 – Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	338
859 – Leilão e praça.....	339
860 – Editais e outras divulgações da hasta pública.....	339
861 – Intimação do devedor.....	340
861-a – Outras intimações.....	341
862 – Adiamento da hasta pública.....	342
863 – A hasta pública.....	342
864 – Legitimação para arrematar.....	343
865 – Forma de pagamento da arrematação.....	344
866 – Auto de arrematação.....	345
867 – Arrematação de imóveis.....	346
867-a – Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	347
867-b – Requisitos mínimos da proposta.....	347
867-c – O cumprimento das prestações.....	347
868 – Perda de eficácia da arrematação.....	347
869 – Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	351
870 – Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor.....	351
871 – Carta de arrematação.....	352
872 – Efeitos da arrematação.....	354
873 – Evicção e arrematação.....	354
874 – Vícios redibitórios.....	355
875 – Ação anulatória da arrematação.....	356
876 – Remição dos bens arrematados.....	357

Capítulo XLII – Fase de Satisfação

§ 141 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor.....	359
877-a – Última etapa do processo de execução.....	360
§ 142 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro.....	361
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	361
880 – Procedimento do concurso particular.....	362
§ 143 – Pagamento por Usufruto Forçado	
881 – Usufruto de móvel ou imóvel.....	364
882 – Efeitos do usufruto judicial.....	366

Capítulo XLIII – Execução contra a Fazenda Pública

§ 144 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
883 – Execução forçada contra a Fazenda Pública.....	371
883-a – Julgamento.....	372
884 – Exceções ao regime dos precatórios.....	373
885 – Execução por quantia certa fundada em sentença.....	374
886 – Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	375
887 – Execução provisória.....	375

888 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	376
888-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	378
889 – Execução de obrigação de dar	378
890 – Embargos à execução contra a Fazenda Pública	378

Capítulo XLIV – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 145 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	383
891-a – A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	383
892 – Averbação em folha de pagamento	384
893 – Prisão civil do devedor	384
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	385
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	386
895-a – Execução provisória	386

Parte XI – Oposição à Execução Forçada

Capítulo XLV – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 146 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	389
896-a – Outros meios impugnativos	390
896-b – Embargos e impugnação	391
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	394
897-a – Classificação dos embargos do devedor	394
898 – Legitimação	395
898-a – Autonomia dos embargos de cada co-executado	396
899 – Competência	397
900 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	398
900-a – Segurança do juízo	400
900-b – Prazo para propositura dos embargos do devedor	400
900-c – Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	402
901 – Rejeição liminar dos embargos	402
902 – Procedimento	405
903 – A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	406
903-a – Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	407
904 – Os embargos à execução e a revelia do embargado	408
905 – Efeitos dos embargos sobre a execução	409
905-a – Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	410
905-b – Embargos parciais	411
905-c – Embargos de um dos co-executados	411
906 – Embargos fundados em excesso de execução	411
907 – Embargos à execução de sentença	412
908 – Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento	412
909 – Embargos de retenção por benfeitorias	413
910 – Embargos à execução de título extrajudicial	413
910-a – Arguição de nulidade da execução	414
910-b – Vícios da penhora e da avaliação	415
910-c – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	416
910-d – Retenção por benfeitorias	417
910-e – Defesas próprias do processo de conhecimento	418

911 – Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	419
911-a – Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	419
911-b – Legitimação para os embargos do art. 746.....	420
911-c – Objeto dos embargos do art. 746	421
911-d – A posição especial do arrematante	421
911-e – Litigância de má-fé nos embargos do art. 746	422
911-f – Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	422
911-g – Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746	423
912 – Exceção de pré-executividade	423
912-a – Sucumbência na exceção de pré-executividade	425
§ 147 – Parcelamento Forçado do Crédito Exequendo	
913 – Moratória legal	427
913-a – Requisitos para a obtenção do parcelamento	427
913-b – Procedimento do incidente.....	428
913-c – Indeferimento do parcelamento.....	429
913-d – Descumprimento do parcelamento	429
§ 148 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	430
915 – Legitimação ativa	430
916 – Legitimação passiva	431
917 – Valor da causa	431
918 – Competência	432
919 – Oportunidade	432
920 – Julgamento e recurso	432
921 – Procedimento	432
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	433
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	433

Parte XII – Insolvência Civil

Capítulo XLVI – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 149 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	435
925 – Pressupostos da execução coletiva	436
926 – Efeitos da declaração de insolvência	438
927 – Características da execução coletiva	439
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	439
§ 150 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	441
930 – Caracterização da insolvência	442
§ 151 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	444
932 – Insolvência requerida pelo credor	445
933 – Caráter facultativo da ação concursal	446
934 – Insolvência de cônjuges	446
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	446
§ 152 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	448

937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	449
§ 153 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	452
§ 154 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	453
§ 155 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	455
941 – Atribuições do administrador	456
§ 156 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	457
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	458
944 – Quadro geral de credores	459
§ 157 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	461
946 – Encerramento e suspensão do processo	462
947 – Saldo devedor	463
948 – Extinção das obrigações	463
§ 158 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	466
950 – Pensão para o devedor	466
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	467
951-a – Editais	467

Parte XIII – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XLVII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 159 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	471
953 – Casos de suspensão	472
954 – Suspensão provocada por embargos	472
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	473
955-a – Suspensão por transação	473
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	474
957 – Efeitos da suspensão	475
958 – Extinção da execução	475
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	475
960 – Extinção por remissão da dívida	475
961 – Extinção por renúncia	476
962 – Outros casos de extinção da execução	476
963 – Sentença de extinção	477
964 – Coisa julgada	478
§ 160 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	480
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	480
967 – Casos de cabimento da apelação	481
968 – Casos de agravo de instrumento	481

969 – Efeitos dos recursos	482
969-a – Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	482
970 – Causas de alçada	483

Parte XIV – Processo Cautelar

Capítulo XLVIII – Noções Gerais

§ 161 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo

971 – Processo e tempo	485
972 – Processo principal e processo cautelar	486
973 – A ação cautelar	487
974 – Medidas cautelares	487
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	488
976 – Provisoriidade	489
977 – Revogabilidade	489
978 – Autonomia	490
979 – Classificação das medidas cautelares	491
980 – Classificação do direito positivo	491
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	493
982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	493
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	494

§ 162 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar

983 – Requisitos da tutela cautelar	496
984 – O <i>fumus boni iuris</i>	496
985 – <i>Periculum in mora</i>	497
986 – Oportunidade da providência cautelar	498
987 – Tutela cautelar <i>ex officio</i>	498
988 – Caráter incidental da medida cautelar <i>ex officio</i>	499

§ 163 – Poder Geral de Cautela

989 – Medidas típicas e medidas atípicas	501
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	502
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	502
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	502
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	503
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	504
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	504
996 – Limites do poder geral de cautela	505

Capítulo XLIX – Relação Processual Cautelar

§ 164 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar

997 – Legitimidade	509
998 – Competência	510
999 – Competência e prevenção do juízo	510
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	511
1.000-a – Intervenção de terceiros	512

§ 165 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar

1.001 – Objetos da tutela cautelar	514
--	-----

1.002 – Provas	514
1.003 – Instrução do processo cautelar	515
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	516

Capítulo L – Procedimento

§ 166 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	517
1.006 – Procedimentos cautelares	518
1.007 – Autuação própria	518
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	518
1.009 – Estabelecimento da relação jurídico-processual	520

§ 167 – Petição Inicial da Ação Cautelar

1.010 – Petição inicial	521
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	522
1.012 – Lide e seu fundamento	522
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	523
1.014 – Provas a produzir	524
1.015 – O pedido	524
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	524

§ 168 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

1.017 – A defesa do requerido	526
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	526
1.019 – Revelia	527
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	527

§ 169 – Medida Liminar e Contracautela

1.021 – Medida cautelar <i>inaudita altera parte</i>	528
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	529
1.023 – Contracautela	530

Capítulo LI – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 170 – Sentença Cautelar

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	531
1.025 – Coisa julgada	531
1.026 – Limites da sentença	532
1.027 – Fundamentação	532
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	532

§ 171 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	535
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	535
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	536
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	536

Capítulo LII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 172 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	539
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	539

1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	540
1.036 – Procedimento	540

§ 173 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	542
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	542
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	543
1.040 – Conclusão	543
1.041 – Suspensão do processo	544

§ 174 – Extinção da Medida Cautelar

1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	545
1.043 – Processamento da extinção	545
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	546

§ 175 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	547
1.046 – Procedimento	548
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	548

Capítulo LIII – Recursos no Processo Cautelar

§ 176 – Remédios Recursais

1.048 – Apelação	549
1.049 – Agravo	549
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	550

Capítulo LIV – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 177 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar

1.051 – Responsabilidade civil do promovente	551
1.052 – Liquidação e execução da indenização	552

Capítulo LV – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 178 – Arresto

1.053 – Conceito	553
1.054 – Arresto e seqüestro	554
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	554
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	554
1.057 – Fundado receio de dano	555
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto	556
1.059 – Prova documental	556
1.060 – Justificação prévia	556
1.061 – Caução	557
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	557
1.063 – Bens arrestáveis	558
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	558
1.065 – Competência	559
1.066 – Procedimento	559
1.067 – Execução do arresto	560
1.068 – Depositário	560
1.069 – Suspensão da execução do arresto	561

1.070 – Efeitos do arresto	561
1.071 – Extinção do arresto	562
§ 179 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	564
1.073 – Ação de seqüestro	564
1.074 – Procedimento	565
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro	565
1.076 – Cabimento do seqüestro	565
1.077 – Objeto do seqüestro	566
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	566
1.079 – Casuísmo legal	567
1.080 – Receio de rixas e danificações	567
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	568
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	569
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	569
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	569
§ 180 – Caução	
1.085 – Conceito	572
1.086 – Classificação	572
1.087 – Cauções legais	573
1.088 – Cauções negociais	573
1.089 – Caução processual	573
1.090 – A ação de caução	573
1.091 – Objeto da caução	574
1.092 – Legitimação e competência	574
1.093 – Procedimento	575
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	575
1.095 – Execução da sentença	576
1.096 – Caução às custas	576
1.097 – Reforço da caução	577
§ 181 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	579
1.099 – Classificação	579
1.100 – Pressupostos	580
1.101 – Objeto	580
1.102 – Competência	580
1.103 – Procedimento	581
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	581
§ 182 – Exibição	
1.105 – Conceito	584
1.106 – Ação de exibição	584
1.107 – Classificação	585
1.108 – Exibição incidental	585
1.109 – Ação cautelar exhibitória	586
1.110 – Exibição de coisas móveis	586
1.111 – Exibição de documentos	586
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	587
1.113 – Procedimento da ação exhibitória contra parte	588
1.114 – Procedimento da ação exhibitória contra terceiro	590
1.115 – Eficácia da exibição	591

1.116 – Prevenção de competência	591
1.117 – Ação exorbitante e medida liminar	591
§ 183 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	594
1.119 – Ação cautelar antecipatória	594
1.120 – Cabimento	595
1.121 – Oportunidade	596
1.122 – Objeto da antecipação de prova	597
1.123 – Competência	597
1.124 – Procedimento	597
1.125 – Sentença	598
1.126 – Valoração da prova antecipada	598
1.127 – Eficácia	598
1.128 – Medida <i>inaudita altera parte</i>	599
1.129 – Despesas processuais	599
1.130 – Destino dos autos	599
§ 184 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	601
1.132 – Alimentos provisionais	601
1.133 – Cabimento e oportunidade	602
1.134 – Legitimação	603
1.135 – Competência	603
1.136 – Procedimento	604
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	604
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	605
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	606
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	606
1.141 – Execução	607
§ 185 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	609
1.143 – Pressupostos	609
1.144 – Objetivo da medida	610
1.145 – Legitimação	610
1.146 – Procedimento	610
1.147 – O contraditório	611
1.148 – Sentença	612
1.149 – Eficácia	612
§ 186 – Justificação	
1.150 – Conceito	614
1.151 – Natureza jurídica	614
1.152 – Objetivo	615
1.153 – Competência	615
1.154 – Procedimento	615
1.155 – Julgamento da justificação	616
§ 187 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	618
1.157 – Protesto	618
1.158 – Notificação	619
1.159 – Interpelação	619

1.160 – Indeferimento do pedido	619
1.161 – Contraprotesto	620
1.162 – Procedimento	621
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	622
§ 188 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	624
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	625
1.166 – Procedimento	625
1.167 – Sentença	626
1.168 – Execução	626
§ 189 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	629
1.170 – Natureza da ação	629
1.171 – Legitimação	630
1.172 – Procedimento	630
1.173 – Sentença	631
1.174 – Efeitos	632
§ 190 – Atentado	
1.175 – Conceito	634
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	634
1.177 – Cabimento	635
1.178 – Pressupostos do atentado	635
1.179 – Exame do casuísmo legal	635
1.180 – Legitimidade	637
1.181 – Competência	637
1.182 – Procedimento	637
1.183 – Sentença	638
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	638
1.184-a – Perdas e danos	639
§ 191 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.185 – Protesto cambiário	641
1.185-a – Procedimento	642
1.185-b – Registro do protesto	642
1.185-c – Dúvidas do Oficial	642
1.185-d – Apreensão do título e prisão do devedor	643
§ 192 – Outras Medidas Provisionais	
1.186 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	647
1.186-a – Procedimento	647

Parte XV – Tutela Jurisdicional Diferenciada

Capítulo LVI – Tutela de Urgência

§ 193 – Noções Introdutórias	
1.187 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	649
1.187-a – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	650
1.187-b – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	651
1.187-c – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	653

1.187-d – A visão unitária da tutela de urgência	655
1.187-e – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	657
1.187-f – Conclusão	658
§ 194 – Tutela Antecipada	
1.188 – Intróito	660
1.188-a – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	662
1.188-b – Justificação da tutela antecipada	663
1.188-c – Conceito de tutela antecipada	664
1.188-d – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	665
1.188-e – Casos de antecipação de tutela	667
1.188-e-1 – Contestação parcial	668
1.188-f – Extensão	669
1.188-g – Pressupostos	669
1.188-h – Outros pressupostos	670
1.188-i – Momento ou oportunidade	671
1.188-j – Provisoriedade	672
1.188-l – Reversibilidade	673
1.188-m – Pessoas jurídicas de direito público	674
1.188-n – Tutela cautelar e tutela antecipada	674
1.188-o – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	676
1.188-p – Conclusão	676
§ 195 – Antecipação de Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas	
1.189 – Noção de antecipação de tutela	678
1.189-a – Requisitos da tutela antecipada	679
1.189-b – Natureza das providências antecipatórias	679
1.189-c – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	681
1.189-d – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	687
1.189-e – Conclusão	688
§ 196 – Execuções das Medidas Cautelares e Antecipatórias	
1.190 – Jurisdição e execução	689
1.190-a – Processo de conhecimento e processo de execução	690
1.190-b – Medidas cautelares	691
1.190-c – Execução das medidas cautelares	692
1.190-d – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	693
1.190-e – Tutela antecipatória	696
1.190-f – Execução das medidas de antecipação de tutela	697
§ 197 – Necessidade de não Radicalizar a Distinção entre Antecipação de Tutela e Medida Cautelar	
1.191 – Intróito	699
1.191-a – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	701
1.191-b – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	703
1.191-c – Conclusão	706
§ 198 – Responsabilidade Civil Objetiva Derivada de Execução de Medida Cautelar ou Medida de Antecipação de Tutela	
1.192 – Fontes da responsabilidade civil	707
1.192-a – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil	709

1.192-b – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	712
1.192-c – Dos danos indenizáveis e sua execução	715
1.192-d – Conclusão	717
<i>Bibliografia</i>	719
<i>Índice Onomástico</i>	735
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	739
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	775

ÍNDICE DA MATÉRIA

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 199 – Generalidades	
1.193 – Conceito.....	1
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais.....	2
1.195 – Técnicas de especialização procedimental.....	3
1.196 – Complementação das regras procedimentais.....	4
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais.....	5
1.198 – Erro na adoção do procedimento.....	5

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 200 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar.....	9
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor.....	10
1.201 – A ação de consignação em pagamento.....	10
1.202 – Histórico da consignação em pagamento.....	11
§ 201 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação.....	12
1.204 – Natureza processual da ação de consignação.....	13
1.205 – Prestações passíveis de consignação.....	13
1.206 – Cabimento da consignação.....	14
1.207 – Liquidez da prestação devida.....	15
1.208 – Consignação principal e incidental.....	18
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	19
1.210 – Competência.....	21
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	22
1.212 – Oportunidade da consignatória.....	23
1.213 – Objeto da consignação.....	25
1.214 – Obrigação de prestações periódicas.....	26
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	26
1.216 – Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	27
1.217 – O procedimento especial da consignatória.....	28
1.218 – Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	29
1.219 – Valor da causa.....	30
1.220 – Resposta do demandado.....	30
1.221 – Comparecimento do credor para receber.....	30
1.222 – Não comparecimento e revelia do demandado.....	32

1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor.....	33
1.224 – Contestação.....	33
1.225 – Matéria de defesa.....	34
1.226 – Complementação do depósito insuficiente.....	35
1.227 – Sentença.....	36
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	37
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida.....	37
1.230 – A posição dos possíveis credores.....	38
1.231 – Resgate da enfiteuse.....	40
1.231-a – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	40
1.231-b – A consignação de obrigação em dinheiro.....	43
1.231-c – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	43

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 202 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito.....	47
1.233 – Ação de depósito.....	48
1.234 – Histórico.....	49
1.235 – Natureza da ação.....	49
1.236 – Objeto da pretensão.....	50
§ 203 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação.....	52
1.238 – Legitimação.....	53
1.239 – Competência.....	54
1.240 – Especialidade do procedimento.....	54
1.241 – Caráter expedito do procedimento.....	55
1.242 – Prisão civil.....	55
1.243 – Resposta do demandado.....	57
1.244 – Entrega da coisa.....	58
1.245 – Consignação do equivalente econômico.....	58
1.246 – Consignação da própria coisa.....	59
1.247 – Contestação.....	60
1.248 – Sentença e execução.....	60
1.249 – Outras providências executivas.....	61
1.250 – Depositário judicial.....	62
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural.....	63
1.252 – Alienação fiduciária em garantia.....	65

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 204 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador.....	67
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis.....	67
§ 205 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador.....	69
1.256 – Ação de reivindicação.....	69
1.257 – Ação de anulação e substituição.....	71
1.258 – Legitimação.....	71
1.259 – Competência.....	71
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações).....	72
1.261 – Justificação liminar.....	72

1.262 – Contestação.....	73
1.263 – Posição processual do devedor	74
1.264 – Sentença.....	74
1.265 – Ordem de substituição do título	76
1.266 – Destruição do título	76

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 206 – Generalidades	
1.267 – Conceito.....	81
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas.....	82
1.269 – Natureza jurídica	83
1.270 – Cabimento.....	83
1.271 – Legitimação e interesse	85
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais.....	86
1.273 – Sociedade e prestação de contas	87
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	88
1.275 – Prestação de contas entre condôminos.....	89
1.276 – Organização das contas.....	89
1.277 – Prova das contas.....	90
§ 207 – Ação de Exigir Contas	
1.278 – Ação de exigir contas	91
1.279 – Procedimento da primeira fase.....	91
1.280 – Reconvênção.....	92
1.281 – Sentença da primeira fase	92
1.282 – Procedimento da segunda fase	93
1.283 – Contas elaboradas pelo autor.....	94
1.284 – Sucumbência	96
§ 208 – Ação de Dar Contas	
1.285 – Caráter unitário do procedimento	98
1.286 – Procedimento	98
1.287 – Sucumbência	100
§ 209 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288 – Sentença e execução	101

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 210 – Generalidades	
1.289 – A posse e seus efeitos	105
1.290 – A razão da tutela possessória.....	106
1.291 – O instituto da posse e a paz social.....	107
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	109
1.293 – Natureza jurídica da posse.....	110
1.294 – Requisitos da tutela possessória	113
§ 211 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295 – Origem dos interditos possessórios.....	116
1.296 – As ações possessórias.....	117
1.297 – Competência	118
1.298 – Legitimação ativa	118

1.299 – Legitimação passiva.....	118
1.299-a – Petição inicial.....	119
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	120
1.301 – Medida liminar.....	120
1.302 – A decisão sobre a liminar.....	121
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos.....	122
1.304 – O petitório e o possessório.....	124
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório.....	126
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	128
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias.....	129
1.307-a – Liminar em favor do réu.....	130
1.308 – Natureza real das ações possessórias.....	132
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital.....	133
1.310 – Cumulação de pedidos.....	135
1.311 – Interdito proibitório.....	136
§ 212 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos.....	
1.312 – Embargos de terceiro.....	137
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança.....	138
1.314 – Embargos de retenção.....	139
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	139

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 213 – Generalidades.....	
1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir.....	145
1.317 – Nunciação de obra nova.....	146
1.318 – Conceito de obra nova.....	148
§ 214 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova.....	
1.319 – Competência.....	150
1.320 – Legitimação ativa.....	150
1.321 – Legitimação passiva.....	152
1.322 – Participação do cônjuge.....	152
1.323 – Embargo extrajudicial.....	152
1.324 – Cumulação de pedidos.....	153
1.325 – Embargo liminar.....	154
1.326 – Prosseguimento da obra.....	155
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova.....	156
1.328 – Sentença e execução.....	157

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 215 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva.....	
1.329 – Noção de usucapião.....	159
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro.....	159
1.331 – Requisitos gerais do usucapião.....	160
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário.....	165
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário.....	167
1.334 – Requisitos do usucapião especial.....	169
§ 216 – Condições de Procedibilidade.....	
1.335 – Legitimação ativa.....	171

1.336 – Legitimação passiva.....	173
1.337 – Competência	175
1.338 – Conexão e litispendência.....	176
§ 217 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	177
1.340 – Petição inicial	177
1.341 – Citação	179
1.342 – Justificação preliminar.....	179
1.343 – Contestação.....	180
1.344 – Revelia.....	181
1.345 – Pendência de possessória.....	182
1.346 – Ministério Público.....	182
1.347 – Instrução e julgamento.....	183
1.348 – Sentença.....	183
1.349 – Coisa julgada	184
1.350 – Registro de Imóveis	185
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	186

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 218 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Introito	189
1.353 – Noções gerais.....	189
1.354 – As ações divisórias.....	190
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	190
1.356 – Caráter unitário do procedimento	191
1.357 – Procedimento	192
1.358 – Citação única	192
1.359 – Natureza da ação.....	193
1.360 – Competência	194
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação.....	194
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	195
§ 219 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	196
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação.....	197
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	198
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	199
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	200
§ 220 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório.....	203
1.369 – Legitimação passiva para a divisão.....	205
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	206
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão.....	207
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório.....	207
§ 221 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	210
1.374 – Questões possessórias	211
1.375 – Coisa julgada	211

1.376 – Rescisão do julgado divisório	212
1.377 – Exceção de prescrição	214
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	214
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório.....	215
1.380 – Inépcia da petição inicial	216
1.381 – Execução de sentença	217

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 222 – Disposições Gerais	
1.382 – Introito	223
1.383 – Caráter contencioso do inventário	224
1.383-a – Inventário e partilha por via administrativa	224
1.383-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	226
1.383-c – Execução da partilha por via administrativa	228
1.384 – Inventário negativo	228
1.385 – Competência	229
1.386 – Universalidade do foro sucessório	230
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	230
1.388 – Administração da herança	231
1.389 – O inventariante.....	232
1.390 – Encargos do inventariante	233
1.391 – Remoção do inventariante.....	235
1.392 – Legitimação para promover o inventário	237
§ 223 – Inventário Judicial	
1.393 – Procedimento	238
1.394 – Petição inicial	238
1.395 – Primeiras declarações	238
1.396 – Citações e interveniências.....	239
1.397 – Impugnação dos citados	240
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	241
1.399 – Avaliação.....	242
1.400 – Últimas declarações.....	243
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	243
1.402 – Colações	244
1.403 – Sonegados.....	246
1.404 – Pagamento de dívidas do morto.....	246
§ 224 – Partilha	
1.405 – Espécies de partilha.....	248
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	248
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	250
1.408 – A sentença da partilha	251
1.409 – O formal de partilha.....	252
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	252
1.411 – Pacto de não partilhar	253
§ 225 – Invalidação da Partilha	
1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	256
1.413 – Conceituação de partilha judicial	256
1.414 – Conceituação de partilha amigável.....	258

1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	259
1.416 – Ação de nulidade de partilha	260
1.416-a – Ação de petição de herança	261
§ 226 – Arrolamento	
1.417 – Simplificação do inventário	263
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031	263
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	265
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.1980	266
1.419-b – Inventário administrativo	266
§ 227 – Disposições Comuns	
1.420 – Medidas cautelares	267
1.421 – Sobrepartilha	268
1.422 – Curatela especial ao herdeiro	269
1.423 – Inventários cumulados	269
1.424 – Honorários de advogado	270
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa	270
1.426 – Assistência judiciária	271
1.427 – Terceiros prejudicados	271

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 228 – Generalidades	
1.428 – Conceito	281
1.429 – Natureza jurídica	282
1.430 – Requisitos	282
1.431 – Ato judicial atacável	284
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores	285
1.433 – Casos especiais	286
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	286
1.435 – Embargos do credor com garantia real	287
§ 229 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	289
1.437 – Legitimação passiva	292
1.438 – Oportunidade	293
1.439 – Competência	294
1.440 – Procedimento	294
1.441 – Sentença	296

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 230 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito	299
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação	300
1.444 – Competência	300
1.445 – Procedimento	300
1.446 – Ação de habilitação	300
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	301
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	301
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal	302

Capítulo LXXIX – Restauração de Autos

§ 231 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito.....	305
1.451 – Objetivo do procedimento.....	306
1.452 – Legitimidade.....	306
1.453 – Competência.....	306
1.454 – Procedimento.....	306
1.455 – Julgamento da restauração.....	307
1.456 – Autos extraviados no tribunal.....	307
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	308

Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 232 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito.....	311
1.459 – Procedimento da execução do preço.....	311
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa.....	312

Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 233 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro.....	317
1.462 – Disposições gerais.....	318
1.463 – Convenção de arbitragem.....	319
1.464 – Cláusula compromissória.....	320
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória.....	320
1.466 – Execução da cláusula compromissória.....	321
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	322
1.466-b – Direito intertemporal.....	323
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória.....	324
1.468 – Compromisso arbitral.....	325
1.469 – Extinção do compromisso arbitral.....	326
1.470 – Os árbitros.....	326
1.471 – O procedimento.....	327
1.472 – Medidas cautelares.....	328
1.472-a – Sentença arbitral.....	329
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral.....	329
1.472-c – Recursos.....	330
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral.....	330
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	331
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	333
1.472-g – Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	333

Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 234 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Introito.....	335
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo.....	335
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio.....	336
§ 235 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria.....	339
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro.....	340
1.478 – Objeto.....	341
1.478-a – Competência.....	342

1.479 – Legitimidade ativa.....	342
1.480 – Legitimidade passiva	342
1.481 – Prova	344
1.482 – Procedimento	347
1.482-a – Monitória contra a Fazenda Pública.....	349
1.483 – Embargos à ação monitória.....	350
1.484 – Coisa julgada	351

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 236 – Generalidades	
1.485 – Introito	353
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	354
1.486-a – Litigiosidade incidental.....	355
1.487 – A função do juiz	356
1.488 – Procedimentos.....	356

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 237 – Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489 – Alienações judiciais.....	359
1.490 – Alienações cautelares.....	359
1.491 – Iniciativa da medida.....	360
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei.....	360
1.493 – Leilão.....	360
1.494 – Avaliação prévia.....	361
1.495 – Publicidade	361
1.496 – Arrematação.....	362
1.497 – Destino do produto da alienação	362
1.498 – Custódia do produto.....	362
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	363
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	363
1.501 – Bens de órfãos.....	364
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	364
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	365
1.504 – Procedimento especial da adjudicação.....	366

Capítulo LXXV – Divórcio Consensual

§ 238 – Procedimento do Divórcio Consensual	
1.504-a – Advertência.....	369
1.505 – Noções introdutórias.....	370
1.506 – Natureza jurídica	370
1.507 – Requisitos	370
1.508 – Legitimação	371
1.509 – Competência	371
1.510 – Petição inicial	371
1.511 – Procedimento	373
1.512 – Sentença de homologação	374
1.513 – Reconciliação do casal	375
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação ou divórcio.....	375
1.514-a – Separação consensual e divórcio consensual por via administrativa	375

1.514-b – Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	377
1.514-c – Execução do acordo de separação ou divórcio ajustado por escritura pública	378

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 239 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515 – Objetivo do procedimento	381
1.516 – Competência	382
1.517 – Procedimento	382
1.518 – Sentença.....	382
1.519 – Efeitos.....	383
1.520 – Busca e apreensão	383
1.521 – Testamento público	383
1.522 – Testamento particular	383
1.523 – Procedimento	384
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo.....	386
1.525 – Testamenteiro.....	386

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526 – Conceito moderno de jacência da herança.....	389
1.527 – Competência	389
1.528 – Legitimação	390
1.529 – Procedimento	390
1.530 – A administração da herança jacente.....	391
1.531 – Habilitação	391
1.532 – Declaração de vacância.....	392

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 241 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência.....	395
1.534 – Pressupostos	395
1.535 – Competência	395
1.536 – Fases do procedimento	396
1.537 – Procedimento da primeira fase.....	396
1.538 – Procedimento da sucessão provisória.....	396
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	397

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 242 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito.....	401
1.541 – Legitimação	401
1.542 – Competência	401
1.543 – Cabimento.....	402
1.544 – Procedimento	402

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 243 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição.....	405
1.546 – Legitimado passivo	405

1.547 – Competência	405
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	406
1.549 – Petição inicial	406
1.550 – Procedimento	407
1.551 – Sentença	408
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	408
1.553 – Rescisória	408
1.554 – Levantamento da interdição	409
1.555 – Investidura dos curadores	409
1.556 – Remoção de curador	409
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	410

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 244 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação	413
1.559 – Procedimento da instituição da fundação	413
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	414
1.561 – Alteração do estatuto	414
1.562 – Extinção da fundação	415

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 245 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal	419
1.564 – Competência	420
1.565 – Legitimação	420
1.566 – Procedimento	420
1.567 – Bens insuficientes	421
1.568 – Especialização negocial	421
1.569 – Eficácia da hipoteca	421

Parte XVIII – Juizado Especial Civil

Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 246 – Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Introito	423
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	424
1.572 – O Juizado Especial Civil	425
1.573 – Criação do Juizado Especial	426
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	426
1.575 – Princípios informativos	426
1.576 – Princípio da oralidade	427
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	427
1.578 – Conciliação	428
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	429
§ 247 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	430
1.581 – Foro competente	431
1.581-a – Conflito de competência	431

1.582 – Competência para execução forçada	432
1.583 – Limitações à competência	432
1.584 – O órgão judicante.....	432
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	433
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	433
1.587 – O júízo arbitral	434
§ 248 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	435
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	435
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	436
1.591 – Intervenção do Ministério Público.....	437
§ 249 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma	438
1.593 – O procedimento	438
1.594 – A propositura da ação	439
1.595 – Citações e intimações.....	439
1.596 – Requisitos da citação.....	440
1.597 – Intimações	440
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	440
1.599 – A resposta do réu	441
1.600 – As provas.....	442
§ 250 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença	443
1.602 – Recursos	443
1.602-a – Mandado de Segurança.....	445
1.602-b – Uniformização de jurisprudência	446
1.603 – Extinção do processo.....	446
§ 251 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada	448
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil	449
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	450
1.607 – Acordos extrajudiciais.....	450
1.608 – Ação rescisória	450
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	451

Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 252 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	453
1.611 – Disciplina legal	453
1.612 – Princípios informativos.....	453
1.613 – Competência absoluta.....	454
1.613-a – Conflito de competência.....	454
§ 253 – Órgão Judicante	
1.614 – Composição do órgão judicante	455
1.615 – Sessão de conciliação	455
1.616 – Competência	455
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	455

§ 254 – Partes	
1.618 – Legitimação.....	457
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	457
1.620 – Ministério Público.....	457
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	457
§ 255 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios.....	459
1.623 – Atos de comunicação processual.....	459
1.624 – Uso de meios eletrônicos.....	459
1.625 – Prazos.....	460
1.626 – Petição inicial.....	460
1.627 – Resposta.....	460
1.628 – Exceções.....	460
1.629 – Sessão de conciliação.....	460
1.630 – Instrução probatória.....	461
1.631 – A sentença e as máximas de experiência.....	461
1.632 – Reexame necessário.....	462
§ 256 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial.....	463
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário.....	463
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência.....	464
§ 257 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução.....	465
1.637 – Medidas cautelares.....	465
1.638 – Antecipação de tutela.....	466
Capítulo LXXXV – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública	
§ 258 – As Pequenas Causas da Fazenda Pública no Âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	
1.638-a – A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	469
1.638-b – Disciplina legal.....	469
1.638-c – Competência absoluta.....	470
§ 259 – Órgão Judicante	
1.638-d – Composição do órgão judicante.....	471
1.638-e – Competência.....	471
§ 260 – Partes	
1.638-f – Legitimação.....	473
1.638-g – Ministério Público.....	473
1.638-h – Representação das partes.....	473
§ 261 – Atos Processuais e Procedimento	
1.638-i – Atos de comunicação processual e prazos.....	474
1.638-j – Petição inicial, citação e resposta.....	474
1.638-k – Audiência de conciliação.....	474
1.638-l – Instrução probatória.....	475
1.638-m – Sentença e recurso de ofício.....	475
1.638-n – Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	475
§ 262 – Sistema Recursal	
1.638-o – Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	476

1.638-p – Uniformização de jurisprudência	476
1.638-q – Causas repetitivas	477
1.638-r – Medidas de urgência.....	477
§ 263 – Sistema de Execução de Sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	
1.638-s – Cumprimento da sentença	478
1.638-t – Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	478
1.638-u – Obrigações de quantia certa	478

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXVI – Ações Constitucionais

§ 264 – A Constituição e o Processo	
1.639 – O direito processual constitucional.....	481
1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional	481
§ 265 – Mandado de Segurança	
1.641 – Conceito	483
1.642 – Natureza da ação.....	483
1.643 – Legitimação ativa	484
1.644 – Legitimação passiva.....	484
1.644-a – Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	487
1.645 – Ato de autoridade judicial.....	487
1.645-a – Ato sujeito a recurso administrativo.....	488
1.646 – Litisconsórcio	488
1.646-a – Assistência	489
1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	490
1.648 – Procedimento	490
1.648-a – Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	491
1.649 – Liminar	491
1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	493
1.651 – Competência	494
1.651-a – Desistência do mandado de segurança	494
1.652 – Sentença e coisa julgada	495
1.652-a – Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009	496
§ 266 – Mandado de Segurança Coletivo	
1.653 – Conceito.....	500
1.653-a – Direitos coletivos e direitos difusos.....	500
1.654 – Legitimação ativa	501
1.655 – Legitimação passiva.....	502
1.656 – Procedimento e competência.....	503
1.656-a – Liminar.....	503
§ 267 – Mandado de Injunção	
1.657 – Conceito.....	505
1.658 – Objeto	505
1.659 – Pressupostos	506
1.660 – Legitimação	507
1.661 – Competência	508
1.662 – Procedimento	508

§ 268 – <i>Habeas Data</i>	
1.663 – Conceito.....	510
1.664 – Natureza jurídica.....	510
1.665 – Legitimidade e interesse.....	511
1.666 – Objeto do <i>habeas data</i>	511
1.667 – Competência.....	512
1.668 – Procedimento.....	512
1.669 – Cumprimento da sentença.....	513
1.670 – Coisa julgada.....	513
§ 269 – Ação Popular	
1.671 – Conceito.....	515
1.672 – Requisitos.....	515
1.673 – Atos atacáveis pela ação popular.....	516
1.674 – Legitimação.....	516
1.675 – Procedimento.....	517
1.676 – Sentença.....	517
1.677 – Coisa julgada.....	518
1.678 – Execução.....	518
1.678-a – Prescrição.....	518

Capítulo LXXXVII – Ações Coletivas

§ 270 – Ação Civil Pública e outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico.....	521
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	522
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	522
1.681-a – Objeto da ação civil pública.....	523
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC.....	524
1.683 – Legitimação.....	525
1.683-a – Ação coletiva por meio de associação.....	526
1.683-b – Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	527
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	528
1.684-a – Inquérito civil.....	531
1.685 – Competência.....	532
1.686 – Procedimento.....	533
1.687 – Liminar.....	533
1.688 – Coisa julgada.....	533
1.689 – Execução.....	534
1.689-a – Execução coletiva por meio de sindicato ou associação.....	535

Capítulo LXXXVIII – Ações Locatícias

§ 271 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	539
1.691 – Tramitação durante as férias forenses.....	540
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	540
1.693 – Valor da causa.....	540
1.694 – Atos de comunicação processual.....	541
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	541
§ 272 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza.....	543
1.697 – A força executiva do procedimento.....	544
1.698 – A liminar na ação de despejo.....	545

1.699 – Legitimação	546
1.700 – Documentação da petição inicial.....	546
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	547
1.702 – Denúncia vazia.....	547
1.703 – Denúncia cheia	548
§ 273 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento.....	550
1.705 – Consequência da cumulação de pedidos.....	550
1.706 – Purga da mora	551
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	552
1.708 – Purga da mora e contestação	552
§ 274 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária.....	555
1.710 – Execução forçada	555
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	556
1.712 – Execução provisória e caução	556
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário.....	557
§ 275 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento.....	558
1.715 – Legitimação	558
1.716 – Pressupostos	559
1.717 – Procedimento	559
1.718 – Petição inicial	559
1.719 – Depósito judicial	559
1.720 – Prestações vincendas.....	560
1.721 – Revelia.....	560
1.722 – Contestação.....	560
1.723 – Reconvenção.....	560
1.724 – Complementação do depósito após a contestação.....	561
1.725 – Levantamento do depósito.....	561
§ 276 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento.....	563
1.727 – Natureza	563
1.728 – Legitimação	563
1.729 – Procedimento	563
1.730 – Petição inicial	564
1.731 – Aluguel provisório.....	565
1.732 – Contestação.....	566
1.733 – Sentença.....	566
1.734 – Verbas de sucumbência	567
1.735 – Execução de sentença	567
1.736 – Acordo de desocupação	567
§ 277 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento.....	569
1.738 – Natureza jurídica	570
1.739 – Legitimação	570
1.740 – Procedimento	571
1.741 – Petição inicial	571

1.742 – A defesa do locador.....	574
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	574
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação.....	574
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	575
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução.....	575
1.747 – Retomada para uso próprio	576
1.748 – Aluguel provisório.....	576
1.749 – Sentença.....	577
1.750 – Sentença de retomada.....	578
1.751 – Execução de sentença	578
1.752 – Indenização de perdas e danos.....	579

Capítulo LXXXIX – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 278 – Alienação Fiduciária em Garantia

1.753 – Introdução.....	581
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	582
1.755 – Busca e apreensão	583
1.756 – Ação de depósito.....	585
1.757 – Ação de execução	585
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel.....	586

§ 279 – Arrendamento Mercantil (*Leasing*)

1.759 – Noção de arrendamento mercantil	592
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	592
1.761 – Aspecto tributário	594

Bibliografia	597
Índice Onomástico	607
Índice Alfabético de Assuntos	611
Índice dos Fluxogramas	633

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.